



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0000161-72.2015.8.26.0555**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2204/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1158/2015 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 149/2015 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Paulo Sérgio Abreu**

Réu Preso
 Justiça Gratuita

Aos 24 de agosto de 2015, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **ANTONIO BENEDITO MORELLO**, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. **Luiz Carlos Santos Oliveira**, Promotor de Justiça, bem como do réu **PAULO SÉRGIO ABREU**, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas as testemunhas de acusação Sandro Rogério Filismino de Souza e Luiz Carlos Ambrozini, em termos apartados. Ausente a vítima Valdir Barbosa. As partes desistiram da oitiva da vítima. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, o que foi feito também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: A ação penal é procedente. Policiais surpreenderam o réu andando em via publica carregando os bens; no auto de prisão em flagrante o réu confessou a prática do furto. Assim, a prova da autoria é inconteste, visto que o réu foi preso na posse da res furtiva e segundo os guardas municipais admitiu no auto de prisão em flagrante o furto praticado. A qualificadora de rompimento de obstáculo ficou demonstrada pelo laudo de fls. 108, assim como a escalada, visto que de acordo com a foto de fls. 108, o depoimento do guarda municipal, para ingressar no interior do imóvel, antes do arrombamento da porta, o réu teve que escalar muro de uma altura mínima de um metro e setenta. O crime se consumou. O entendimento que o STJ vem adotando é de que o crime de furto se consuma com a simples posse, ainda que por breve intervalo de tempo, não se exigindo que esta seja tranquila (neste sentido, Agrg. no REsp. 1.411.487/DF, o julgamento de 24/4/2014). Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia, devendo a pena ser agravada em razão da reincidência, circunstância esta que impõe o regime fechado para o início de cumprimento. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz: Requeiro a absolvição em razão da insignificância da coisa furtada. O valor da res furtiva é insignificante, não justificando a intervenção do direito penal no caso. O bem jurídico patrimônio não foi atingido, sendo de rigor, portanto, a absolvição por atipicidade material. Subsidiariamente, requer o reconhecimento da tentativa, uma vez que o acusado não tinha a posse mansa, pacífica e desvigiada do bem. Os bens foram recuperados e restituídos à vítima, logo o delito não se consumou. Requer, ainda, uma vez que os bens foram recuperados, a fixação da pena-base no mínimo legal. Quanto ao regime inicial, impõe-se ao caso o semiaberto, considerando o quantum de pena fixado, e considerando o princípio da proporcionalidade, sem prejuízo da aplicação do artigo 387, § 2º, do CPP. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. PAULO SÉRGIO ABREU**, RG 42.187.069, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, incisos I e II, do Código Penal, porque no dia 13 de junho de 2015, por volta das 04:20h, na Lanchonete Komilão Lanches, situada na rua Antônio Blanco nº 719, nesta cidade, mediante rompimento de obstáculo e escalada, subtraiu para si dois fardos de cerveja, contendo o total de 23 latas, três



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

barras de chocolate, um quilo de lombo suíno e a quantia de R\$9,50 em moedas, pertencentes à vítima Valdir Barbosa. Segundo foi apurado, na ocasião, o denunciado foi até a lanchonete, onde pulou um muro alto, sendo que depois arrombou duas portas existentes no imóvel; já no interior da lanchonete, o denunciado subtraiu para si os produtos e o dinheiro acima mencionados, saindo do local também pulando o muro. Quando já estava distante seis quadras do local do crime, na rua Joaquim da Cruz Penalva, o denunciado foi avistado por guardas municipais, quando carregava os bens que havia acabado de furtar; foi o indiciado abordado e acabou confessando a prática do crime, ocasião em que ele foi preso em flagrante e a “res furtiva” devolvida à vítima. O réu foi preso em flagrante sendo a prisão do mesmo convertida em prisão preventiva (fls. 45 do apenso). Recebida a denúncia (fls. 67), o réu foi citado (fls. 119/120) e respondeu a acusação através de seu defensor (fls. 122/123). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas duas testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição sustentando o princípio da insignificância e o crime tentado. **É o relatório. DECIDO.** O réu foi abordado na via pública, na madrugada, na posse dos bens furtados. Quando ouvidos no auto de prisão em flagrante, confessou a autoria do furto (fls. 7). Em juízo, como é comum de acontecer, retratou-se para dizer que não portava os bens furtados e que os mesmos foram encontrados com outra pessoa que se evadiu na chegada dos guardas municipais. Esta versão, além de isolada, está desmentida na prova. Tenho, pois, como certa a autoria. O réu já registra um rol de apontamentos criminais pelo mesmo delito. Infelizmente, até hoje, não se corrigiu. Impossível o reconhecimento do princípio da insignificância para pessoas como o réu que cometem furtos reiteradamente. O crime também é consumado, pois o réu teve posse mansa e tranquila dos bens furtados e a sua detenção se deu por acaso. A qualificadora do rompimento de obstáculo está provada no laudo de fls. 106/110. Afasto a da escalada porque não ficou demonstrada, especialmente no laudo, que sequer apurou o local por onde o réu adentrou. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA** para impor pena ao réu, **excluindo apenas a qualificadora da escalada**. Observando todos os elementos formadores do artigo 59 e 60 do Código Penal, a despeito dos péssimos antecedentes do réu, verificando que se tratou de furto de pequeno valor e sem consequência para a vítima, resolvo fixar a pena-base no mínimo, ou seja, em dois anos de reclusão e dez dias-multa. Sendo reincidente e não havendo atenuante em seu favor, imponho o acréscimo de um sexto, resultando a pena definitiva em dois anos e quatro meses de reclusão e onze dias-multa, no valor mínimo. A reincidência específica impossibilita a substituição por pena alternativa. Além disso, os antecedentes e a conduta social do réu, que é usuário de droga, indicam que a substituição não é suficiente para corrigi-lo. **CONDENO**, pois, **PAULO SÉRGIO ABREU** à pena de **dois (2) anos e quatro (4) meses de reclusão e onze (11) dias-multa**, no valor mínimo, por ter transgredido **o artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal**. Por ser reincidente iniciará o cumprimento da pena no **regime fechado**, não podendo recorrer em liberdade. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Recomende-se o réu na prisão em que se encontra. Deixo de responsabiliza-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Registre-se e comunique-se. **NADA MAIS.** Eu, _____, (Cassia Maria Mozaner Romano), oficial maior, digitei e subscrevi.

M. M. JUIZ:

MP:

Defensor:

Réu: